

A creche e a construção da cidadania de mulheres e crianças em Portugal

The daycare and the construction of citizenship of women and children in Portugal

Regina Celia DIAS¹

José Alberto CORREIA²

Maria de Fátima PEREIRA³

Resumo

O texto apresenta os primeiros resultados da investigação realizada no âmbito do meu doutoramento que considera que as profundas transformações ocorridas na sociedade portuguesa, sobretudo a partir da Revolução dos Cravos, em 1974, vêm produzindo mudanças nas concepções sobre a creche e as suas funções, nomeadamente ao permitir problematizar o papel da mulher na família e na sociedade e avaliar as alternativas ao cuidado materno e questionar o papel do Estado e da sociedade no reconhecimento do direito da criança pequena à educação, da mulher à igualdade de oportunidades e da família à partilha das responsabilidades na educação dos filhos.

Palavras-chave: Ideologia da Maternidade. Educação de Infância. Creche. Cidadania.

Abstract

This paper presents the first results of research carried out under my doctoral project which considers the profound changes occurring in Portuguese society, particularly after the Revolution in 1974, have produced changes in conceptions about daycare and its functions, in particular by allowing questioning the role of women in family and society and evaluate alternatives to maternal care and questioning the role of State and society in recognition of the right to education of young children, the right of women to equal opportunities and family sharing of responsibilities in the education of children.

Keywords: Ideology of Motherhood. Childhood. Daycare. Citizenship.

1 Doutoranda no Programa Doutoral em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Rua Dr. Manuel Pereira da Silva – 4200-392 - Porto. E-mail: <reginaccdias@sapo.pt>.

2 Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Rua Dr. Manuel Pereira da Silva – 4200-392 - Porto. E-mail: <correia@fpce.up.pt>.

3 Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Rua Dr. Manuel Pereira da Silva – 4200-392 - Porto. E-mail: <fpereira@fpce.up.pt>.

Introdução

Este texto apresenta uma parte da investigação realizada no âmbito da minha tese de doutoramento que buscou conhecer e reconhecer as concepções que as educadoras e pais e mães com filhos em creche vêm construindo sobre a legitimidade da educação pública e coletiva das crianças dos 0 aos dois anos de idade.

O pressuposto é de que a experiência de trabalhar numa creche e ter filhos na creche, enquanto uma nova prática social de socialização das crianças pequenas, propicia a construção de novas formas de linguagem que interpelam o que está dado como natural e apontam para novos horizontes e alternativas.

A lei portuguesa sobre a educação de infância consagrou como direito à educação apenas a educação pré-escolar que abrange as idades dos três aos cinco anos. Apesar da crescente demanda, sobretudo nos centros urbanos, a expansão da oferta para a faixa etária dos 0 aos dois anos e parte da oferta para a faixa do pré-escolar tem sido assegurada pela iniciativa privada, lucrativa e de solidariedade social, sob a tutela dos serviços sociais.

Os resultados aqui apresentados dão conta dos discursos elaborados pelas mães e pelos pais com filhos em creche e são da responsabilidade dos autores.

Creche e cidadania

A creche é um fenómeno recente e encontra-se num território marcado por disputas ideológicas em torno da identidade e do papel da mulher e da criança na sociedade ocidental. Em pouco mais de um século, a creche, que nasceu para suprir a falta da mãe e de meios de sobrevivência da família, passou a ser defendida como uma instituição educacional de atendimento às crianças dos quatro meses aos três anos de idade cujos objetivos são a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e o compartilhar as responsabilidades do cuidado e da socialização da criança pequena entre a família e o poder público e, como um direito das crianças pequenas à educação, o que supõe a consideração dessas crianças como cidadãs.

No entanto, uma pesquisa realizada em 2002 revelou que dois terços dos portugueses continuavam a afirmar que o mais importante para as mulheres era ter um lar e filhos, e que o trabalho feminino tinha um impacto negativo sobre os filhos pequenos, sendo que apenas 12% concordavam que as mães com filhos em idade pré-escolar deveriam trabalhar a tempo inteiro. Apesar da prevalência desse ideal de maternidade, em 2005, cerca de 70% das mulheres que viviam em casal com um filho menor de dez anos estava empregada a tempo inteiro (ABOIM, 2011).

A questão social que a creche problematiza está relacionada com a ideia da socialização da primeira infância, considerada consensual e natural, feita pela mãe no espaço privado do lar. O crescente trabalho feminino fora do lar tornou necessária a criação de alternativas para o cuidado e a educação das crianças pequenas, tornando-o coletivo e público. A demanda por creches cresceu em todas as classes sociais e o trabalho da mulher fora de casa já não é a única motivação. Associada à questão do trabalho da mulher fora de casa e a igualdade de oportunidades e o compartilhar do cuidado e socialização dos bebês, nos últimos anos movimentos sociais de defesa dos direitos das crianças, práticas sociais de atendimento e investigações acadêmicas vêm salientado a importância de considerar a criança de todas as idades não apenas como sujeito de direitos, mas como sujeito público de direitos, sujeito social de direitos (ARROYO, 1994).

Segundo Arroyo (1994), à medida que a reprodução da infância foi deixando de ser uma atribuição exclusiva da mulher, no âmbito privado da família, surge a Infância como categoria social. O Estado e a sociedade foram confrontados com a questão do cuidado e da educação das crianças dos 0 aos três anos. A Infância passou a ser objeto dos deveres públicos do Estado.

Em Portugal, a educação de infância surgiu como serviço público de educação após 25 de Abril de 1974 e a lei nº 5/77 consagrou apenas a educação pré-escolar, destinada às crianças dos três aos cinco anos de idade, em horário parcial (cinco horas diárias). As creches ficaram sob a tutela do hoje denominado Ministério da Solidariedade e Segurança Social. A crescente importância atribuída pela sociedade à educação de infância foi, neste momento, incorporada à lei sob o signo do Direito, ao fixar o papel do Estado não mais sob a figura do cuidado, mas sob a do dever (CURY, 1998).

Contudo, as instituições de educação pré-escolar continuaram a ter uma dupla tutela. Os jardins de infância públicos ficaram sob a tutela do Ministério da Educação e os jardins de infância das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), que na generalidade funcionam em horário integral e atendem crianças desde os quatro meses até aos cinco anos, ficaram sob a tutela do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

A dupla dependência pedagógica e administrativa expressa a indefinição quanto aos objetivos e funções da educação de infância. Segundo Bairrão et al. (1997), os jardins de infância públicos possuem um modelo de funcionamento de tipo educacional e os das IPSS orientam-se por um modelo de atendimento de tipo assistencial, porque regidas pela lógica do cuidado.

Para as crianças dos quatro meses aos dois anos, a pretensão é a guarda, os cuidados de higiene, a alimentação, o sono e os afetos, numa rotina diária

e em relações organizadas a partir do referencial dos cuidados maternos. Para as crianças dessa faixa etária, as modalidades de atendimento são as seguintes: oferta não formal feita pela família, amigos e vizinhos; empregadas domésticas, amas não licenciadas e *babysiters*. Oferta formal: Ama licenciada; Creche; Mini-creche (atendimento de cinco a seis crianças em ambiente semelhante ao familiar) e; Creche Familiar (conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, residentes na mesma zona geográfica, enquadradas técnica e financeiramente pelos Centros Regionais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social e destinada às crianças dos 0 aos 5 anos de idade (Ministério da Educação, 2000).

O atendimento assim organizado revela a falta de uma tradição pedagógica de suporte, os preconceitos ideológicos que lhe são inerentes, a precariedade e a inferioridade presentes na creche. Entretanto, ao longo dos últimos anos, desenvolveu-se uma cultura sobre a educação da primeira infância e “[...] parece ter chegado o momento de tentar definir alguns dos seus múltiplos aspetos” (BONDIOLI; MANTOVANI, 1998, p. 13). Reconhecendo a importância desse momento, a investigação teve como objetivo conhecer e analisar as concepções de creche, de criança, de cuidado e educação da primeiríssima infância, de família e do papel da mulher no espaço privado e no espaço público dos pais e das mães com filhos em creche que vêm legitimando a educação da criança de 0 aos dois anos de idade no espaço público, em Portugal.

A legitimação da educação de infância e, em particular da creche, vem sendo produzida por diferentes discursos como o da pedagogia, o da psicologia, o da cidadania, elaborados pelos diferentes intervenientes nos campos educativo e social. Os discursos dos sujeitos, que quotidianamente vêm contribuindo com sua prática para essa produção, desempenham também um papel estruturante e serão aqui objeto de análise. Concordo com Carvalho (1999 apud SILVA, 2008, p. 129) quando chama a atenção para:

[...] o fato de que o silêncio, identificado por P. Ariès, a respeito da afeição, do trato e da relação com bebês até ao início da modernidade, pode estar revelando não apenas uma atitude social generalizada que considerava sem importância esses temas, mas também o silêncio imposto às mulheres que se dedicavam a criar esses bebês e que dispunham de poucas formas de expressão social onde deixar as marcas de seus sentimentos e práticas.

No caso da educação das crianças de 0 a dois anos em creches, esse silêncio ainda se faz ouvir no campo da educação em Portugal.

De acordo com Correia (2000, p. 5), os discursos educativos contribuem para legitimar decisões educativas e as formas de expressão das oposições a estas decisões e não são apenas instrumentos cognitivos que permitem o acesso ao conhecimento e ao reconhecimento de um objeto. Os sujeitos que intervêm no campo educativo “[...] produzem-se nos discursos que produzem, produzindo também os fenómenos sobre que discorrem”. Neste sentido ouvir as profissionais e os pais e mães de uma creche sobre a educação dos bebés no espaço público significa reconhecer estes sujeitos como produtores de um discurso legítimo para o campo da educação uma vez que:

[...] ao mesmo tempo que produzem os seus autores, os discursos educativos contribuem para a naturalização de subjetividades educativas que desempenham um papel estruturante, quer na definição e produção de problemas educativos quer na identificação das soluções plausíveis e ainda na determinação dos atores a quem se reconhece a legitimidade de protagonizarem estas soluções. (CORREIA, 2000, p. 5).

A pesquisa foi realizada numa creche autárquica de um concelho (corresponde a cidade) do distrito do Porto (corresponde ao Estado) que atendia 55 crianças dos 0 aos três anos de idade, em horário integral. As creches autárquicas são mantidas e geridas pela autarquia (corresponde a Prefeitura) e as famílias pagam uma mensalidade conforme o rendimento familiar. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as educadoras que discorreram sobre a escolha da profissão, a formação e o exercício profissional e sobre a conciliação maternidade e trabalho.

No caso dos pais foi aplicado um questionário a um dos responsáveis pela criança e realizadas entrevistas biográficas com cinco pais e cinco mães, onde focaram sua narração na vivência da infância, da adolescência e da vida adulta, em questões relacionadas às relações de gênero.

A aplicação dos questionários foi orientada pela preocupação em caracterizar o maior número possível das famílias atendidas quanto à idade, escolaridade, número de filhos e profissão, e ao mesmo tempo aceder aos seus discursos sobre a educação da criança pequena em creche. Em relação às entrevistas biográficas buscou-se perceber o sentido que os sujeitos atribuíam às suas experiências; porque na interação que estabelecem entre os diferentes discursos e práticas presentes na situação vivida, constroem um discurso legítimo que interpela o que está dado e conhecido e formula novas alternativas. A diversidade das famílias usuárias permitiu a escolha de pais e mães com diferentes níveis de escolaridade, idade, condição social e situação profissional.

Os resultados aqui apresentados referem-se às entrevistas realizadas com os cinco pais e as cinco mães.

A educação de Infância em Portugal e a ideologia da maternidade

A educação de infância em Portugal foi, desde os seus primórdios, configurada como assistencial e com função de guarda para os mais pequenos, e como serviço educativo, contemplado com legislação específica para os maiores de três anos, com funções compensatória e preparatória para o ensino regular.

Será durante o Estado Novo que se assistirá ao triunfo da ideologia da maternidade, com as políticas adotadas pelo governo de Salazar que, diante de uma crise económica que gerou uma maior degradação das condições de vida das famílias das classes populares, articulou discursos e ações, afirmando que a pobreza não tinha razões económicas e sim morais, já que a mendicidade, a degeneração, a mortalidade infantil, a prostituição eram consequência de uma família desestruturada, sem regras de convivência social e familiar, sem amor, sem apetência para o trabalho e para a disciplina (VILARINHO, 2000).

Propôs-se, então, leis de proteção do trabalho da mulher e das crianças, de forma a desencorajar o patronato a contratá-los com a finalidade de diminuir o desemprego masculino, levando-se a cabo campanhas a favor da *mãe-educadora do lar e da mãe-gestora doméstica*. Segundo Vilarinho (2000, p. 85):

[...] estava subjacente a ideia de que a mulher desempenharia um papel social fundamental na moralização dos costumes, na socialização para o trabalho e também, como boa gestora do lar, compensaria a queda dos salários reais, facto que constituía um dos maiores focos de conflito laboral da época.

Em consonância com essas ideias, o ensino infantil público foi extinto em 1937 com o pretexto de que sua pouca cobertura – o número de crianças que frequentavam estabelecimentos de educação infantil não excedia 1% – não justificava a despesa exigida.

Além dos motivos económicos existiam ainda os, já referenciados, de ordem ideológica que passavam pela posição do Estado Novo em relação ao papel da mulher e da família, bem como na conceção de educação. Neste sentido, o Estado Novo defendia a ideia da índole essencialmente maternal desse nível da educação e por isso mesmo, deveria dirigir-se sobretudo para a habilitação das mães e contar com o apoio da Obra das Mães pela Educação Nacional (VILARINHO, 2000; GOMES, 1977).

Houve, de fato, a emergência de uma ideologia da maternidade em Portugal, que apontava para a necessidade de as crianças terem boas mães e para isso ser preciso educá-las no sentido de cumprirem o papel de dona de casa, esposa e mãe

que cria e mantém um ambiente saudável no lar e que propicia cuidados e educação aos filhos. E é de tal forma forte a tradição portuguesa de valorizar a família nos cuidados à primeira infância e, particularmente com as crianças dos 0 aos dois anos, que o relatório elaborado por um grupo de técnicos estrangeiros no âmbito de um estudo temático lançado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico – Comissão de Educação (OCDE) traz o seguinte comentário:

Foi-nos sugerido que, por tradição, o Estado tem relutância em tornar-se excessivamente dominante em questões que, segundo alguns, pertencem exclusivamente ao foro da família. Deste modo, a promoção de cuidados e iniciativas educativas destinadas à infância é considerada, em primeiro lugar, uma questão que diz respeito às mulheres e em segundo lugar, uma questão económica para os que estão interessados em abrir os estabelecimentos. No entanto, não é considerada uma questão social e muito menos, um direito das crianças de promoverem o seu próprio desenvolvimento. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p. 205).

Nos finais dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, a sociedade portuguesa experimentou modificações nas estruturas económicas, sociais e políticas. Houve um aumento da atividade industrial e bancária. Aumentou a migração das famílias das aldeias para os grandes centros urbanos bem como a taxa de trabalho feminino, criando uma maior necessidade e procura social da guarda das crianças. No plano político o período foi marcado pela liberalização do regime repressivo (STOER, 1982).

No que diz respeito à educação de infância, houve uma maior preocupação com a democratização e consolidação de um *Estado Social* (CARDONA, 1997). Tal preocupação traduziu-se na formação de grupos de trabalho nos vários ministérios envolvidos no atendimento às crianças pequenas para preparar a reforma que se avizinhava.

O colapso do Estado Novo deu-se com a Revolução dos Cravos a 25 de Abril de 1974 e trouxe mudanças importantes para a sociedade portuguesa. O acontecimento mais importante, segundo Santos (1990), foi a explosão do movimento social que se seguiu imediatamente ao golpe de Estado. O momento exigia uma grande participação popular no sentido de reivindicar a adoção de novas políticas trabalhistas e sociais, e o movimento popular organizou-se em diversas áreas: habitação, gestão de empresas, administração local, cultura, educação, reforma agrária, etc. Pretendia-se a construção de uma nova sociedade e o exercício pleno da cidadania.

O longo período do estado totalitário em Portugal, que abrangeu praticamente metade do século XX, criou configurações muito particulares da modernidade, que foi consolidada após o 25 de Abril. No caso da educação, a legitimidade da educação foi construída em contraponto com a ideologia democratizante presente nos contextos políticos das democracias ocidentais, que se baseava no princípio da igualdade de oportunidades, através da intervenção homogeneizante do Estado. Em Portugal, no contexto revolucionário de abril de 74, a contribuição da educação para a democracia foi produzir uma definição da educação inseparável da erupção do político no campo educativo, ou seja, a educação deveria contribuir “[...] para a formação da democracia ao mesmo tempo que legitimava o exercício da democracia no interior do próprio espaço educativo” (CORREIA, 2000, p. 7).

Por outro lado, foi o movimento popular que primeiro faz expandir contextos informais de educação pré-escolar. Por todo o país, nomeadamente nas zonas urbanas e industrializadas, surgem creches e jardins de infância da:

[...] iniciativa de comissões de moradores, organizações de base, como associações recreativas e culturais, e de juntas de freguesia e paróquias. As condições físicas das instalações e os recursos materiais na grande maioria dos casos eram precários e insuficientes. Os recursos humanos não eram qualificados. (VILARINHO, 2000, p. 109).

O debate político e ideológico, que visava questionar o papel do Estado e da família no cuidado da primeira infância e construir a positividade da creche enquanto instituição legítima de educação, colocou, de um lado aqueles que postulavam a construção de parâmetros racionais para a organização das instituições e, de outro, os movimentos populares que, ao reivindicarem e organizarem eles mesmos alternativas de atendimento ao cuidado materno na esfera privada, contribuíram para a construção de novos sentidos para o espaço público (SILVA, 2008). Apesar das deficiências ao nível do espaço, do pessoal, dos materiais, etc., das instituições organizadas pela população, a experiência dos novos movimentos sociais apontava para o aparecimento na cena política de um novo sujeito social desvinculado das instituições tradicionais de representação política, que formulava novos direitos, como o da educação pública dos bebés e os direitos da mulher e uma nova cidadania expressa na construção de espaços públicos democráticos onde “[...] a pluralidade das opiniões se expressam, nos quais os conflitos ganham visibilidade e as diferenças se representam” (TELLES, 1993, p. 15). A educação infantil em Portugal e em vários outros países foi e vem sendo construída num campo marcado pelas difíceis relações entre cidadania e democracia, numa sociedade em transformação.

As instituições que atendiam as crianças com menos de três continuaram sob a responsabilidade da Segurança Social, que organizava o serviço através de grupos de trabalho em colaboração com a Comissão da Condição Feminina. Como resultado de um desses grupos de trabalho, no âmbito de um acordo luso-sueco, foi considerada a necessidade de formar e apoiar institucionalmente *amas* profissionais, por considerarem ser esta uma resposta mais adequada do que a creche institucional (CARDONA, 1997).

Ainda, que a legislação social promulgada no pós 25 de Abril de 1974 fosse considerada avançada e semelhante à dos países centrais da Europa, Santos (1999, p. 62) chama a atenção para as práticas sociais vigentes que “[...] são muito mais retrógradas que as leis que pretensamente as regulam” e para a coexistência de representações sociais da modernidade, da pré-modernidade e da pós-modernidade que são acionadas nas práticas sociais conforme o contexto da ação. Essa discrepância é possível, devido a acentuada característica autoritária do Estado português que permite uma privatização do Estado, que tolera e até mesmo produz um fenómeno designado, por Santos, por Estado paralelo, onde o “[...] Estado compromete-se formalmente com um certo padrão de legalidade e de regulação social, mas descompromete-se dele, na prática, por omissão ou por vias informais” (SANTOS, 1999, p. 63).

No caso das creches, prevaleceu o que Santos (1999) denomina sociedade-providência, à falta de um verdadeiro Estado-Providência, onde a organização social está assentada em fortes bases de solidariedade tradicional que comporta redes de relações de interconhecimento e interreconhecimento, de ajuda mútua formada nos laços de parentesco, de vizinhança e comunitários. Essa solidariedade social tem suas raízes nos universos simbólicos típicos das sociedades rurais, “[...] os quais, no entanto se reproduzem, sob novas formas em meios urbanos, sobretudo naqueles em que a articulação entre a componente rural (passado e presente) e a componente urbana das famílias se mantém” (SANTOS, 1999, p. 64).

A educação das crianças dos 0 aos dois anos permaneceu vinculada às políticas públicas de família, cujo conceito se refere, genericamente, às ações governamentais dirigidas às famílias e aos agregados domésticos privados com o objetivo de regular e apoiar a vida familiar, sendo inscrita na Constituição em 1997 como direito de todos os trabalhadores, homens e mulheres, à conciliação entre a vida profissional e vida privada (WALL, 2011) e, foi sobretudo a partir de 2005 que houve um incremento na expansão do número de creches, passando a taxa de cobertura de 23% no início da década para 34% em 2009.

A criação da rede pública de jardins de infância, vinculada ao Ministério da Educação, pela lei, associada a realidades sociais diversificadas que produziam demandas também diversificadas nas cidades, nas áreas rurais e nas áreas suburbanas, determinou uma cobertura de atendimento das crianças dos três ao cinco anos

de forma gradual e priorizando a matrícula das crianças com cinco anos de idade. No contexto europeu, Portugal destacou-se pelo atraso considerável em relação à maioria dos restantes países. Alguns países europeus já apresentavam altas taxas de cobertura para o grupo etário dos três aos cinco anos em 1985, tais como a Bélgica, França e Holanda (95%), Alemanha Ocidental (80%), Itália (87%), Suécia (60%) e Portugal não ultrapassava os 35%. Já no contexto da União Europeia e, com a crescente valorização e necessidade da educação de infância, Portugal apresentava em 1994/5 uma taxa de 55.6% para a faixa etária dos três aos cinco anos. Acredito, como Telles (1993, p. 13), que nos contextos de redemocratização, a lei possa constituir “[...] uma referência pública de legitimação de demandas diversas e generalizações da consciência do direito [...]”, uma vez que a oferta do serviço constitui não só uma resposta às necessidades, como também tem a função de evocá-las. Os números de crianças inscritas no pré-escolar em Portugal podem ser expressão disso. No início dos anos 1960 eram pouco mais de seis mil crianças inscritas. Em 2008, eram 266 mil inscritas, e esse aumento é acompanhado pelo alargamento da duração média de frequência, que passa de menos de um ano em 1988 para uma média de dois anos em 1998 e atinge os dois anos e cinco meses em 2008 (ROSA; CHITAS, 2010).

Na sua trajetória histórica, a creche acompanhou as mudanças que se verificavam na família, sua referência nas definições de sua existência e organização. A creche surge tendo como referente a família pobre que necessita de apoio na socialização dos filhos, naquele momento objeto das preocupações sociais e políticas. A chamada creche moderna, em contraponto com a creche assistencial, é construída a partir das necessidades e dos direitos da mulher que trabalha, daí o importante papel desempenhado por grupos feministas e movimentos sociais urbanos na luta pela redefinição das funções da creche.

Mais recentemente, as práticas sociais e os estudos sobre o cuidado e a educação das crianças menores de seis anos em espaços coletivos, através do desenvolvimento da sociologia da infância, que considera que as crianças constituem um grupo social, tanto estrutural como cultural e que o espaço social da infância é um espaço construído inclusive pelas próprias crianças (JAMES; PROUT, 1990), e da pesquisa psicológica sobre a socialização precoce em contexto social diversificado, considerando a competência precoce da criança para o desenvolvimento sócio-cognitivo e linguístico, a creche é defendida não só como direito da mulher e da família, mas como direito da criança enquanto agência educativa.

A socialização da primeira infância, enquanto tarefa feminina e familiar – uma construção histórica moderna, foi sendo questionada pela crescente importância que a educação de infância adquiriu durante o século XX, fomentado sobretudo pelas mulheres e pelo movimento feminista que buscaram e continuam a buscar através da palavra transgressora

[...] redescrever o mundo e tornar possíveis ‘descrições alternativas’ que ampliam nossas referências cognitivas e valorativas (tornam relevantes ou possíveis coisas que antes não existiam), que desestabilizam o já sabido ou posto como evidência que não suscita a reflexão pois apenas existente na nossa paisagem cotidiana”. (TELLES, 1997, p. 8).

Segundo Telles (1997), a novidade está em reconhecer a dimensão transgressora dos direitos que tendo como referentes os princípios universais da igualdade e da justiça, operam no terreno do conflito, dando visibilidade e inteligibilidade aos antagonismos e às divergências. A presença dos sujeitos portadores de uma palavra na cena política permite dar visibilidade e nomear a distância existente entre a ordem legal e o cotidiano de desigualdades enquanto um problema que “[...] exige o julgamento e a deliberação política” (TELLES, 1997, p. 6).

Essas vozes legitimam a intervenção dos sujeitos nas questões que lhes dizem respeito e nas políticas que afetam suas vidas, ao colocarem na cena pública o que antes estava silenciado ou tido como não pertinente para a deliberação política; trazem também valores, aspirações, desejos e vontades de um outro mundo onde seja possível ultrapassar as fronteiras reais e simbólicas dos lugares predefinidos em suas vidas. Os direitos, assim definidos, permitem a elaboração política das diferenças e trazem para a cena pública, através da palavra, as suas formas de existência, com seus valores e cultura, como questões que interpelam o julgamento ético e a deliberação política (TELLES, 1997).

A educação de infância vem sendo legitimada enquanto direito das crianças à educação e como primeira etapa da educação básica em alguns países do mundo. Noutros, permanece a heterogeneidade de políticas e programas. A trajetória da educação de infância nada tem de linear ou homogênea quando se tem em conta o público a que se destinava e as ideologias que pretendia defender ou questionar.

Assim, os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 também contribuíram para uma nova maneira de conceber e compreender o atendimento de crianças com menos de sete anos em instituições, na sua complexidade psicológica, social, econômica e política. A luta pelos direitos das crianças e das mulheres foi levada a cabo por pessoas ligadas à academia, que se dedicavam a realizar pesquisas que sustentavam a defesa das competências precoces das crianças, a positividade das relações estabelecidas em instituições, a desmistificação das ideologias que embasavam teorias elaboradas para manter o *status quo* e pelos movimentos sociais organizados. Esses movimentos, através de variadas formas, negociaram com o Estado o reconhecimento dos seus direitos, para além dos partidos

políticos identificados com os interesses das classes populares e organizações não governamentais que apoiavam movimentos específicos (DIAS, 1995; FILGUEIRAS, 1986; GHEDINI, 1998; GOHN, 1985; MONTENEGRO, 1997; SILVA, 2001).

A positividade do atendimento institucional de crianças pequenas apareceu em países socialistas como forma de liberação da mulher, fosse para o trabalho, fosse para outras atividades. A creche era um projeto novo para uma sociedade nova e apontava para a responsabilidade da sociedade na educação das novas gerações, assumida de forma social pelo Estado (HADDAD, 2002).

Um novo discurso sobre as funções das instituições dedicadas à primeira infância vem sendo construído, com base no direito de todas as famílias e de todas as crianças à educação de infância, desvinculando o acesso à creche dos critérios de admissão ligados à situação de emprego dos pais, das condições socioeconômicas da família, das situações de risco das crianças. A partir da afirmação do direito, as instituições de educação da infância contribuem para a construção de um discurso público sobre a primeira infância que permite problematizar os discursos dominantes sobre a infância, sobre as construções da criança pequena, sobre as instituições e seu trabalho.

Na relação entre trabalho feminino e cuidado das crianças pequenas em creches, as instituições são defendidas como promotoras da igualdade de gênero no mercado de trabalho e da conciliação do trabalho e da vida familiar. As crianças pequenas “[...] são consideradas capazes de lidar e, de fato, de desejar e cultivar relacionamentos com pequenos grupos de outras crianças e adultos, sem que isso coloque em risco seu próprio bem-estar ou seu relacionamento com seus pais” (DALHERG; MOSS; PENCE, 2003, p. 111). Nessa perspectiva, a positividade da instituição está em ela não ser um lar substituto, ao proporcionar “[...] uma teia ou rede complexa e densa de conexão de pessoas, ambientes e atividades que abre muitas oportunidades para a criança pequena dentro de uma visão da criança rica e de uma pedagogia coconstrutora” (DALHERG; MOSS; PENCE, 2003, p. 112).

A política de creches em Portugal está definida e orientada para a promoção da conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares tanto para os homens como para as mulheres, em consonância com as diretrizes europeias de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Conhecer a palavra das mães e dos pais, alvo dessas políticas e usuários do serviço, sobre a concepção que vem formando sobre a educação pública da primeira infância e os temas a ela concernentes, significa reconhecer-lhes a palavra que exige o respeito, o reconhecimento e a partilha nas discussões e nas definições das políticas que afetam suas vidas, trazendo para cena pública o que antes estava silenciado.

A positividade da educação pública e coletiva das crianças pequenas. Desconstruindo a tradição e construindo o novo: as palavras dos pais e mães

A questão social vem sendo colocada no campo da modernização da economia que identifica os direitos como um ônus e um obstáculo à competitividade do mercado. O processo em curso procura negar direitos conquistados e descaracterizar as esferas de explicitação de conflitos e de negociação, com o intuito de criar o consenso do mercado como único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política. Mas se é “[...] verdade que os direitos supõem uma palavra, o encolhimento da cena política tem o efeito de tornar invisíveis, não existentes ou não legítimas, as realidades que essa palavra nomeia e as alternativas com que acena” (TELLES, 1997, p. 8).

Assim, é imperativo quebrar o silêncio a respeito das concepções e práticas de socialização e de educação dos bebês vivenciadas pelas famílias num cotidiano feito de desejos, dúvidas, angústias, interesses, concepções novas e antigas que abalam certezas e constroem novas aspirações e novas alternativas de futuro e, onde a igualdade, apesar da inexistência na realidade, se apresenta como uma exigência dos sujeitos que falam.

As instituições de atendimento à criança pequena são socialmente construídas e a questão da sua função e do seu papel não estão dadas *a priori*. Elas são constituídas pelos diferentes discursos presentes na sociedade e incorporam concepções e éticas relacionadas com as construções da criança pequena e com as construções da família e da mulher, que por sua vez, informam e produzem a prática pedagógica e institucional.

Os pais e as mães constroem suas concepções recorrendo a um discurso que formula as funções e o papel da creche a partir das circunstâncias atuais da vida, da experiência própria e de outros e da comparação do leque de opções à sua escolha, tendo em vista suas convicções pessoais sobre a família, sobre o trabalho feminino e sobre o que é desejável e fundamental na educação dos seus filhos. Os pais e as mães também se deparam com as opiniões, preconceituosas ou não, de familiares e amigos sobre as opções de que dispõem. Nos discursos dos pais e mães a formulação da demanda pelo serviço creche “[...] parece estar ligada não só à presença de uma necessidade, mas também à capacidade, culturalmente diferenciada, de especificá-la e articulá-la” (BONDIOLI; MANTOVANI, 1998, p. 19).

A concepção de creche, para alguns pais e mães, foi construída a partir da observação da experiência de quem tinha filhos em casa e na creche e da sua própria experiência de ter filhos na creche. Apontam para a socialização entre pares e com outros adultos numa relação mais profissional como um dos critérios para a escolha do lugar para a socialização dos pequenos. Apesar da ideia ainda dominante

da importância da relação exclusiva da mãe nos primeiros anos de vida ou da família como lugar próprio de socialização infantil, na sociedade portuguesa, esses pais e mães, tendo como referência experiências próprias ou de outros, passam a valorizar a creche enquanto espaço de encontro com os pares e percebem o quanto essa convivência é importante na socialização e no desenvolvimento das crianças muito pequenas. Os vários estudos realizados sobre a socialização de crianças muito pequenas em contextos coletivos no espaço público também apontam nessa direção.

Pode-se afirmar que esses pais articulam um discurso que aponta para o direito à escolha de uma outra forma de educação para seus filhos, que põe em causa a ideologia da maternidade e desafia a construção da criança passiva e dependente e afirma o direito à educação coletiva e pública dos mais pequenos ao perceberem o espaço público e coletivo da creche como um espaço privilegiado para a socialização das crianças desde tenra idade, valorizando as diferenças com o espaço doméstico, numa clara crítica à ideia da creche como substituta materna. Portanto, não esperam que a organização do quotidiano tenha como referência a *rotina lá de casa* e nem que seja privilegiada uma relação diádica adulto-criança, como mostram os relatos a seguir:

[...] tínhamos a consciência que independentemente de estarmos na situação em que estamos, ou seja, sem apoio familiar, dependendo de nós próprios ou não, achamos sempre que seria importante que a nossa filha fosse cedo, se calhar não tão cedo, mas desde cedo para a creche. Até porque temos a experiência, temos três afilhados, que nos últimos 10, 15 anos fomos acompanhando, e portanto conseguimos ver a evolução de cada um deles, com características muito diferentes, porque um está na creche desde muito pequenino e os outros dois ficaram em casa com famílias diferentes. E portanto, desde muito cedo começamos a perceber que, se calhar era mesmo boa ideia, mesmo que tivéssemos apoio familiar, ter a nossa filha na creche. Porque pra já quer eu, quer a minha mulher trabalhamos e, portanto não temos a possibilidade de estar o dia todo com ela. Por outro lado, porque achamos que a questão da socialização com as outras crianças e com outros adultos e num meio que tem regras da sociedade, no fundo, que não são as regras lá de casa, seria muito benéfico para o desenvolvimento dela nesta primeira fase do que estar permanentemente connosco. Não que não achássemos que não tivéssemos competências para o fazer, mas se calhar, isso seria muito redutor nas experiências que ela poderia ter. (Pai Carlos).

Para alguns dos pais e mães, a pouca oferta de creches, especialmente para aqueles que tiveram seus primeiros filhos há dez anos ou mais, levou a ponderação sobre as possibilidades existentes e a escolha possível. A própria experiência ou a de outros com as amas, por um lado e a perda dos laços de vizinhança e de parentesco nos meios urbanos, por outro, também estiveram na origem das opções da família:

A primeira filha, nós estávamos cá sozinhos e abandonados há pouco tempo e não sabíamos de creche... E então começaram a vir aquelas pessoas ah! Minha mãe toma conta. Os primeiros seis meses da minha filha foram passados com a mãe. E os outros seis meses a seguir foram com uma ama que tive pena quando descobri, disse não, fora daqui. E depois foi passado até aos três anos noutra ama porque não sabíamos de creche, nem sabíamos se havia aqui creche... Ora bem, vem esses dois pirralhos, o que vamos fazer. Há creches, já sabíamos que havia creches. Começamos a ver... Estamos muito contentes com a creche. Estamos a ver os putos a desenvolver. (Pai Julio).

Olhe, o terem de vir para a creche é inevitável. Vamos ver, aqui só há duas opções, ou vêm para a creche ou ficam com os avós ou, ainda há uma terceira, não, eu, a ama não considero opção. O conceito de ama não me agrada. Havia uma terceira hipótese que era ter alguém em casa. (Pai Ricardo).

Amas nunca nos passou, mas também não temos ninguém, mas também não sei, faz alguma confusão, a minha irmã tem o filho dela, tem um ano, mas não sei bem quais as qualificações que tem que ter uma ama, mas não conhecendo ninguém também... E deixar a minha filha com uma pessoa estranha numa casa estranha, onde está lá os filhos dela e o marido que eu nem sequer sei quem são, fazia-me alguma confusão... (Mãe Cecília).

A avaliação das amas também revela a preocupação dos pais com a restrição da socialização desse contexto: “Ela estava na ama e era pouco desenvolvida” (Pai Julio).

Tal como já foi referido, as amas fazem parte da política para a guarda e o cuidado das crianças dos 0 aos dois anos de idade. Entretanto, os discursos dos pais e mães aqui analisados demonstram que essa é a opção menos valorizada no contexto urbano, em função da perda dos laços de solidariedade entre vizinhos e parentes, que garantiriam o conhecimento e a confiança necessárias

para o estabelecimento deste tipo de relação. Além disso, ao reconhecerem as capacidades das crianças muito pequenas para a socialização coletiva, atribuem menos valor a um ambiente doméstico pouco estimulante, quando comparado com um ambiente organizado para o efeito, com profissionais habilitadas.

Em Portugal, apesar do aumento verificado na oferta de vagas em creches, permanece o desequilíbrio entre a pouca oferta e a crescente demanda, ao que acresce a falta de informação sobre a existência das creches e o trabalho que realizam, o que determina, muitas vezes, as escolhas de muitas famílias. Estudos realizados sobre a representação que os pais possuem sobre a creche apontam para o pouco conhecimento da mesma, uma vez que a forma como se estrutura é pouco orientada para transmitir ao mundo exterior o saber e os conhecimentos que se constroem no seu interior (EMILIANI; MOLINARI, 1998).

Na fala do pai Alberto, identifica-se a conceção tradicional, segundo a qual a criação dos filhos é assegurada no contexto doméstico pela mãe dedicada totalmente à criança. Mas reconhece a creche como um local de criação das crianças pequenas, cuja função está relacionada com o trabalho dos pais.

É assim, creche, eu particularmente, se calhar preferia que o miúdo fosse criado pela mãe... Eu sou do tipo mais antigo, de ser criado em casa com a mãe. Mas não tenho nada contra a creche. (Pai Alberto).

As referências e o processo de negociação para a escolha do local para a guarda das crianças pelo casal, parecem estar ligadas às condições de trabalho e de vida da mulher, porque permanece como a responsável primeira pela criança, mas permite também questionar esse mesmo papel ao trazer para a esfera pública a questão da partilha das responsabilidades relacionadas aos cuidados e a socialização das crianças muito pequenas, ao mesmo tempo que impõe a reorganização do espaço doméstico.

Tinha que ser, ou eu ficava em casa, coisa que eu não queria, não pela minha filha, mas porque não queria deixar de trabalhar, não queria deixar ter a minha independência financeira porque isso é muito importante para uma mulher hoje em dia. Que antigamente nós tínhamos que nos sujeitar. Acho que é importante. Da creche, o que é que eu posso dizer da creche... Apesar dos pediatras aconselharem estar, pelo menos até aos dois anos com os bebés, que é importante... também é importante eles terem, como que eu hei de explicar isto... eles terem os

amiguinhos pequeninos, terem as regras deles, terem a hora do almoço é essa hora, o lanche é aquela hora. Isso é muito importante. (Mãe Adelina).

Este discurso coloca em causa duas questões importantes do ideal de maternidade dominante na sociedade portuguesa durante o período salazarista. O primeiro diz respeito ao valor atribuído ao trabalho da mulher fora de casa como uma questão que, passando pelo económico, não tem mais só o sentido do complemento da renda familiar, se reveste agora da importância da independência financeira e realização profissional da mulher. A outra questão refere-se ao discurso médico, tão importante na construção do ideal da relação diádica entre mãe e filho que, ainda hoje permanece como uma referência na definição das políticas públicas de atendimento e de formação na área da educação da infância em Portugal.

No caso das mães que estavam desempregadas e escolheram a creche para partilhar a educação dos seus filhos pequenos, apesar dos motivos estarem ligados à uma possível e, desejada, volta ao mercado de trabalho, também foram referidos como motivo para matricular o filho na creche, a solidão que caracteriza o trabalho da mãe em tempo integral, o maior tempo passado em frente a televisão da criança e a dificuldade de conciliar o tempo para as tarefas domésticas com o tempo para as brincadeiras com a criança. Pesquisas realizadas em Itália também revelam os mesmos problemas enfrentados por mães não-trabalhadoras (MUSATTI, 1998) e apontam para a contradição existente entre o cuidado e educação da criança no contexto da casa e a transformação dos papéis femininos.

Os motivos para a escolha de ter um filho na creche vem conferindo legitimidade à educação pública das crianças de 0 a três anos no sentido da construção de novos valores, de novos lugares e novas regras nas relações sociais onde ambos os pais trabalham e a conciliação maternidade e trabalho vem-se tornando *inevitável*. A partir da experiência de educar o filho na creche, motivada pelo trabalho da mãe, os pais e mães reelaboram seus discursos, questionando os valores tradicionais que identificam a relação casa-mulher-criança como ideal da socialização, ainda que não estejam ausentes as ambiguidades, dúvidas e contradições próprios de todo processo de mudança.

Para essas mães foi especialmente difícil o início do processo de deixar o filho na creche, com choro, angústia, culpa e dúvidas sobre se a escolha era a melhor, mas que foram sendo dissipadas à medida que uma relação de confiança era estabelecida com as educadoras e auxiliares. Importa lembrar a importância de uma experiência positiva com a creche para a formulação de uma nova conceção sobre a mesma, assim como reforça para as mulheres uma nova ideia e uma nova possibilidade sobre a conciliação entre maternidade e trabalho.

Em jeito de conclusão

A experiência da educação dos filhos na creche, permite aos pais e mães instituírem, a partir da sua *palavra transgressora*, uma nova legitimidade para as questões e problemas do quotidiano, que no caso das mulheres e crianças implica na construção de uma nova cidadania e de direitos sociais, porque interpelam os lugares predefinidos e habituais da sua condição subalterna e do seu isolamento no contexto doméstico. De fato, nos discursos analisados, a positividade da creche está sendo construída a partir da crítica do ideal de socialização da criança pela mãe no espaço privado da casa e da crítica da conceção de criança como passiva e dependente e pouco socializável nesta faixa etária.

A produção desses discursos dá-se no terreno social e são “[...]” construídos na gestão de tensões contraditórias e na compatibilização de ‘desafios’ formalmente incompatíveis” (CORREIA, 2000, p. 9) e desvela uma cidadania em permanente redefinição. Nos discursos elaborados, mães e pais invocaram critérios baseados em um novo conhecimento que passaram a construir a partir da experiência comparada de criação das crianças em casa de familiares, na ama e na creche, que por sua vez permitiu a construção de novas ordens justificativas – mudanças dos papéis femininos e na conceção de criança – e princípios de justiça – o direito da mulher ao trabalho profissional e da família à partilha da responsabilidade nos cuidados da criança e o direito da criança pequena à educação pública e coletiva – que implicaram na produção do próprio objeto do discurso – a creche em sentido educativo.

O novo conhecimento integra a constelação de conhecimentos (SANTOS, 2000) reveladora de realidades antes silenciadas, que emergem das práticas sociais que permitem descrever e redescrever o mundo através de outra racionalidade, legitimando-o no confronto e na articulação com outras racionalidades.

A legitimidade do direito da criança pequena à educação está sendo construída no mundo da vida, terreno do conflito, onde duas questões têm emergido tanto nos contextos de educação da infância, como nos discursos dos pais e das mães, como fundadoras e essenciais na interpelação do justo e do injusto na invenção das regras da civilidade e da sociabilidade democrática, porque problematizam, e essa é a primeira questão, o papel da mulher na família e na sociedade e, segunda questão, as concepções sobre a infância e a criança dos 0 aos dois anos e sua educação.

A consideração dessas duas temáticas tem sido fundamental para a construção da educação de infância como direito das crianças enquanto sujeito dos deveres públicos do Estado e das famílias à partilha das responsabilidades na educação dos filhos, porque representa a contribuição do conhecimento produzido na prática social pelos sujeitos sociais na produção e definição dos problemas educativos, bem como apontam para caminhos alternativos e para a legitimidade da sua participação como protagonista nas soluções dos problemas.

Referências

- ABOIM, Sofia. Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação In: MATTOSO, José; ALMEIDA, Ana Nunes. **História da Vida Privada em Portugal**. Os nossos dias. Porto, Círculo de Leitores, 2011. p. 80-111.
- ARROYO, Miguel G. O significado da infância. In: Simpósio Nacional de Educação Infantil 1., Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Ministério da Educação, 1994. p. 88-92.
- BAIRRÃO, Joaquim. **A Evolução do Sistema Educativo Português e o Prodep**. Educação Pré-Escolar. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.
- BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. **Manual de Educação Infantil**. De 0 a 3 anos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- CARDONA, Maria João. **Para a História da Educação de Infância em Portugal**. O discurso oficial (1834-1990). Porto: Porto Editora, 1997.
- CORREIA, José Alberto. **As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos**. Porto: Asa Editores, 2000. (Coleção Cadernos Pedagógicos).
- CURY, Carlos R. J. **A Educação Infantil como direito**. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/Coedi, 1998, p. 9-15.
- DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na Educação da Primeira Infância**. Perspetivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DIAS, Regina Celia. **O movimento de luta pró-creche de Belo Horizonte: a prática social de mulheres na construção de identidades sociais e de uma nova cidadania**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
- EMILIANI, Francesca; MOLINARI, Luisa. Os comportamentos parentais em relação à criança e à instituição. In: BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. (Org.). **Manual de Educação Infantil**. De 0 a 3 anos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 88-95.
- FILGUEIRAS, Cristina. **Práticas educativas no movimento popular a experiência das mulheres do Bairro Industrial**. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

GHEDINI, Patrícia. Creches entre dinâmicas político-institucionais, legislativas, sociais e culturais. In: BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna (Org.). **Manual de Educação Infantil**. De 0 a 3 anos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998, p.43-57.

GOHN, Maria da Glória. **A força da periferia**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, Joaquim F. **A educação Infantil em Portugal**. Coimbra: Almedina, 1977.

HADDAD, Lenira. Substituir ou compartilhar? O papel das instituições de educação infantil no contexto da sociedade contemporânea. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (Org.). **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 91-96.

JAMES, A.; PROUT, A. (Ed.). **Constructing and Reconstructing Childhood – Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood**. Hampshire: The Falmer Press, 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A Educação Pré-escolar e os cuidados para a infância em Portugal**. Lisboa, Departamento da Educação Básica, 2000.

MONTENEGRO, Mirna (Org.). **Educação de Infância e Intervenção Comunitária**. Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas, 1997.

MUSATTI, Tulia. Modalidades e problemas do processo de socialização entre crianças na creche. In: BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna (Org.). **Manual de Educação Infantil**. De 0 a 3 anos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998, p.189-207.

PORTUGAL, Gabriela. Educação de bebês em creche – Perspetivas de Formação Teóricas e práticas. **Infância e Educação**. Investigação e Práticas. **Revista do GEDEI**, Porto, Porto Editora, n. 1, jan., p. 85-106, 2000.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

_____. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **Profissionais da Educação Infantil**. Formação de Identidades. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **Educação Infantil no coração da cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

STOER, S. **Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza, Movimentos Sociais e Cultura Política:** notas sobre as difíceis relações entre pobreza, direitos e democracia. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, 17 – Caxambu, **Anais...**1993.

_____. **Direitos Sociais:** afinal do que se trata? São Paulo: Biblioteca Virtual da USP, 1997.

VILARINHO, Maria Emília. **Políticas de Educação pré-escolar em Portugal (1977-1997).** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

WALL, Karin. A intervenção do Estado: políticas públicas de família In: MATTOSO, José; ALMEIDA, Ana Nunes. **História da Vida Privada em Portugal.** Os nossos dias. Porto: Círculo de Leitores, 2011. p. 340-374.

Recebimento em: 13/03/2012.

Aceite em: 11/06/2013.